

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT Nº 2/2023



**ATUAÇÃO EM AUDITORIA
INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES
AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO
BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)**

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



PROVA: ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)**QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

Para os auditores, a aprendizagem ao longo da vida é fundamental para o sucesso a longo prazo. Se você trabalha em uma grande empresa, você colide com novas experiências, ideias e habilidades. A empresa introduz uma nova tecnologia e você é forçado a usá-la.

(KULLA, J. Lifelong Learning is the Fundamental Key to Successful Entrepreneurship. Forbes, 15/08/2018.)

A partir do fragmento exposto no elemento-base, é possível identificar a necessidade de contínua aprendizagem para os profissionais que atuam com auditoria, principalmente para os auditores externos conforme as Normas Brasileiras de Auditoria. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Mediante a análise das atividades no decorrer do projeto deve-se verificar o prazo estabelecido, que deverá ser desenvolvido em determinadas etapas da vida.
- II. No decorrer das atividades precisa ser imposto ao indivíduo por solicitação da organização a que está vinculado.
- III. Para desenvolver um bom controle sobre as atividades de auditoria o profissional precisa atuar com foco em desenvolver mudanças e gerenciamento de riscos.
- IV. Está relacionado ao desenvolvimento de habilidade; conceitos; e, técnicas profissionais.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

Questão 02

“A importância da participação ativa da alta administração na implantação e no acompanhamento dessa ferramenta, considera como se criam políticas e regras para o *compliance* e a importância do setor de controle nas organizações, que exerce o papel de monitoramento das políticas implantadas, conferindo se estão sendo colocadas em prática e gerando resultados positivos. As informações são obrigatórias para controle dos dados financeiros junto às demonstrações do fluxo de caixa e balanços patrimoniais.” Assinale a alternativa que descreve o órgão responsável por tais informações financeiras.

- A) CRC.
- B) CFC.
- C) IBGE.
- D) CVM.
- E) Audibra.

Questão 03

Para desenvolver corretamente suas atividades, o auditor deverá ser capaz de aplicar os métodos de investigação adequados; assim como se relacionar bem com seus parceiros de trabalho, colegas de profissão e demais participantes, além de zelar pelo seu aspecto técnico, apenas exercendo trabalhos em que estiver qualificado a fazê-lo. Tais trabalhos deverão ser claramente detalhados entre contratado e contratante, evitando desinformação, erros ou mal-entendidos, além de formalizar por contrato os serviços prestados para fins de resguardar juridicamente os serviços contratados. Dessa forma, representa atitudes de zelo pelas atividades de auditoria com foco nos princípios de ética no que diz respeito às estruturas legais sobre os procedimentos a serem realizados no exercício da profissão de auditor financeiro:

- A) Leis federais.
- B) Leis municipais.
- C) Decretos estaduais.
- D) Normas brasileiras de auditoria.
- E) Normas internacionais de contabilidade.

Questão 04

Em um cenário de auditoria independente podem ocorrer discussões entre a equipe de auditoria e o revisor de qualidade do trabalho sobre julgamento significativo, em decorrência de má comunicação entre eles, o que gera conflitos e atrasos na revisão. Considerando o contexto, o revisor de qualidade do trabalho deverá

- A) evitar discussões com a equipe e efetuar a revisão de qualidade, e alterar de acordo com seu entendimento da situação.
- B) apresentar suas impressões sobre a revisão de qualidade e não retomar as discussões em nenhuma hipótese com a participação da equipe.
- C) evitar completamente discussões com a equipe aprovando todas as decisões tomadas por ela e verificadas na revisão de qualidade para manter a sua objetividade.
- D) manter discussões frequentes com a equipe para facilitar a revisão de qualidade do trabalho, observando a época e extensão para que não se tornem ameaça à objetividade do revisor.
- E) compartilhar suas opiniões pessoais e relatar suas impressões sobre a revisão de qualidade diretamente com o conselho de administração, sendo desnecessário conversar com a equipe.

Questão 05

As companhias abertas, aquelas que negociam seus títulos no mercado de valores mobiliários, são legalmente regulamentadas pela Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações. Considerando o disposto nesta normativa, as demonstrações financeiras das companhias deverão

- A) ter sua escrituração mantida em registros temporários, com obediência somente aos princípios contábeis.
- B) ser obrigatoriamente assinadas pelos administradores da companhia e por contabilistas legalmente habilitados.
- C) abranger e publicar somente o balanço patrimonial e a demonstração do resultado, sendo as demais demonstrações facultativas.
- D) seguir as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaboradas sem relação com os padrões internacionais de contabilidade.
- E) ser obrigatoriamente auditadas por auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que tenham vínculo empregatício com a empresa.

Questão 06

A NBC PO 900 dispõe que os trabalhos de asseguarção, diferentes de auditoria e revisão, incluem, por exemplo, a auditoria de elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis e, ainda, a asseguarção de desempenho com base nos principais indicadores de desempenho da empresa. A NBC PO 900 – Independência para trabalho de asseguarção, diferente de auditoria e revisão, possui como propósito:

- A) Descrever ações que podem ser apropriadas para tratar quaisquer das ameaças à confiança dos usuários pretendidos.
- B) Apontar algumas situações nas quais as ameaças à confiabilidade dos usuários pretendidos não podem ser eliminadas.
- C) Descrever os elementos e os objetivos da estrutura conceitual de asseguarção que garanta a confiança dos usuários pretendidos.
- D) Aumentar a confiança dos usuários pretendidos no resultado das avaliações ou mensuração de objeto, em contraposição a critérios.
- E) Apresentar fatos e circunstâncias, incluindo atividades profissionais, interesses e relacionamentos, que criam ou podem criar ameaças à independência.

Questão 07

“Pessoa jurídica pública ou privada, que exerça como atividade principal ou acessória, coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e custódia de valor de propriedade de terceiros”. De acordo com a Lei nº 4.595/1964 – Lei do Sistema Financeiro Nacional, o conceito se refere a:

- A) Seguradora.
- B) Instituição financeira.
- C) Banco Central do Brasil.
- D) Conselho Monetário Nacional.
- E) Instituição de Previdência Privada.

Questão 08

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de entidades que promovem a intermediação financeira e pelas quais os agentes econômicos circulam a maior parte dos seus ativos, pagam suas dívidas e realizam seus investimentos. O SFN é estruturado em órgãos normativos, que determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema financeiro; órgãos supervisores, que trabalham para que os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos; e, órgãos operadores, que ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários.

(Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional.)

Considerando a estrutura do SFN, relacione adequadamente os tipos de órgãos às suas respectivas entidades.

1. Normativos.
2. Supervisores.
3. Operadores.

- () Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- () Bancos; Caixa Econômica; Bolsa de Valores; Seguradoras; Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC); Sociedades de Capitalização; Cooperativas de Crédito; dentre outras.
- () Conselho Monetário Nacional (CMN); Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3.
- B) 1, 3, 2.
- C) 2, 1, 3.
- D) 2, 3, 1.
- E) 3, 2, 1.

Questão 09

Uma corretora de valores está em operação há vários anos e, recentemente, começou a observar transações financeiras suspeitas em algumas de suas contas, incluindo depósitos em dinheiro em quantias significativas sem fonte aparente e transferências internacionais sem razão comercial clara, o que implica no fato da corretoria precisar tomar medidas para prevenir e relatar a possibilidade de lavagem de dinheiro. Em conformidade com a Lei nº 9.613/1998, a corretora deverá:

- A) Ignorar as transações suspeitas, já que não está envolvida diretamente nas supostas atividades financeiras ilegais.
- B) Divulgar publicamente todas as transações suspeitas para criar conscientização pública sobre lavagem de dinheiro.
- C) Designar um oficial de conformidade responsável por monitorar e relatar atividades suspeitas à pessoa que se refere a informação.
- D) Encerrar todas as contas dos clientes envolvidos em transações suspeitas, sem necessidade de investigação interna e posteriormente notificar a polícia.
- E) Comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) sem informar a pessoa que se refere à informação, monitorar com especial atenção e manter registros precisos e atualizados das transações suspeitas.

Questão 10

De acordo com a Resolução CMN nº 4.968/2021, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar e manter sistemas de controle interno segundo suas peculiaridades, dispondo também sobre seus objetivos e características essenciais dos controles internos. Considerando tais aspectos, defina os objetivos (OB) e as características essenciais (CE) dos sistemas de controle interno, em conformidade com a referida resolução.

- () Conformidade; relaciona-se ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos.
- () Continuidade e efetividade; atividades de controle definidas para todos os níveis de negócios e para todos os riscos aos quais a instituição está exposta.
- () Desempenho; relaciona-se à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas.
- () Informação; refere-se à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão.
- () Integração; atividades rotineiras das áreas relevantes da instituição, revisão e atualização periódica.

A sequência está correta em

- A) CE, CE, OB, OB, OB.
- B) CE, OB, CE, CE, OB.
- C) CE, OB, CE, OB, CE.
- D) OB, CE, CE, OB, OB.
- E) OB, CE, OB, OB, CE.

Questão 11

O patrimônio de referência é uma conta de patrimônio de instituições financeiras sobre o qual são calculados os limites prudenciais a que estão sujeitas todas elas e que se constitui em um instrumento de quantificação e monitoramento dos riscos compatíveis com cada instituição financeira, sendo referência para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), que se constitui no valor mínimo de patrimônio de referência a ser mantido pelas instituições financeiras, a fim de garantir a estabilidade financeira das instituições financeiras e prevenir crises bancárias.

(Banco Central do Brasil.)

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o patrimônio de referência e o nível I consistem no somatório de, respectivamente:

- A) Nível I + Nível II; Capital Principal + Capital Complementar.
- B) Nível I + Capital Complementar; Nível II + Capital Principal.
- C) Nível I + Capital Principal; Nível II + Capital Complementar.
- D) Nível II + Capital Complementar; Nível I + Capital Principal.
- E) Nível II + Capital Principal; Nível II + Capital Complementar.

Questão 12

Conforme a Lei nº 14.286/2021, as operações no mercado de câmbio só podem ser realizadas através de instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para atuar nesse mercado; são realizadas livremente sem limitação de valores; e, a taxa de câmbio é pactuada entre as instituições e entre estas e seus clientes. A identificação e qualificação de seus clientes; a assecuração do processamento lícito das operações efetuadas no mercado de câmbio; e, a adoção de medidas e controles preventivos à prática de atos ilícitos na realização de operações no mercado de câmbio têm como responsável(is):

- A) Banco Central do Brasil.
- B) Sistema Financeiro Nacional.
- C) Conselho Monetário Nacional.
- D) Clientes que operam no mercado de câmbio.
- E) Instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio.

Questão 13

Durante o exercício de 2016 foi editado um conjunto de normas de auditoria revisadas em decorrência da adoção do novo modelo de relatório do auditor independente, convergentes com as *International Standards on Auditing (ISAs)*, emitidas pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*. As referidas normas revisadas passaram a vigorar, no Brasil, às auditorias de demonstrações contábeis dos períodos findos em, ou após, 31 de dezembro de 2016.

(CFC, 2019.)

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O relatório de auditoria do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) constitui-se em exame adicional e de objeto complementares em relação à auditoria das demonstrações contábeis dos agentes financeiros, não sendo necessário contratação específica ou detalhamento dos trabalhos e responsabilidades do auditor e da entidade auditada.
- II. O cumprimento dos requisitos de normas de auditoria relevantes para auditoria de quadros isolados das demonstrações contábeis ou de seus elementos específicos, como o relatório de auditoria do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), deve ser praticado pelo mesmo auditor independente que examinou o conjunto completo das demonstrações da entidade.
- III. A auditoria de quadros isolados das demonstrações contábeis ou de seus elementos específicos, como o relatório de auditoria do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), deve ser incluída nos Principais Assuntos de Auditoria do relatório do auditor independente, pois sua inclusão é obrigatória em qualquer circunstância.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 14

De acordo com a Resolução CFC nº 1.393/2012 – CTA 14, Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis de Instituições Autorizadas a Funcionar pelo BCB, em decorrência da opção facultada para diferimento do resultado líquido: “a Resolução CMN nº 4.036 facultou às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociações de operações de crédito anteriormente cedidas”.

(CFC, 2011.)

Considerando o disposto no referido Comunicado Técnico (CTA 14), o resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operações de crédito anteriormente cedidas deve ser considerado, para fins de auditoria, como um(a)

- A) regra geral na prática contábil.
- B) regra específica e correta nesse tipo de operação.
- C) despesa no período em que ocorrer a renegociação.
- D) desvio-padrão sendo reconhecido no período da renegociação.
- E) perda, conhecida e mensurável, diferida para períodos subsequentes.

Questão 15

A CTA 21 (R1) – Orientação para emissão de relatório do auditor independente sobre o Relatório do Conglomerado Prudencial e as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcios e cooperativas de crédito está dividida em duas seções: Seção I – entendimento e orientação sobre a elaboração do Relatório do Conglomerado Prudencial e Seção II – entendimento e orientação sobre a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial. Considerando a Seção I da CTA 21 (R1), a elaboração do Relatório do Conglomerado Prudencial tem

- A) um propósito especial, e o relatório de auditoria não é requerido pelo órgão regulador.
- B) a divulgação facultativa, sem a obrigatoriedade do relatório de auditoria independente.
- C) a finalidade de atender fins gerais, sendo objeto de diferentes normativas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB).
- D) como objeto, de acordo com os termos de referência da NBC TA – Estrutura Conceitual, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial.
- E) uma estrutura de relatório financeiro elaborada para satisfazer as necessidades de informações contábeis de usuários específicos e pode não ser apropriada para outro fim.

Questão 16

De acordo com a CTA 29 – Orientações aos auditores independentes sobre a emissão de relatório de auditoria das demonstrações contábeis semestrais das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Sobre a necessidade de se obter uma consistência na emissão de relatórios por parte dos auditores independentes, estes devem se ajustar a situações específicas, dentre elas:

- A) Opinião sobre troca de auditores.
- B) Existência de demonstrações contábeis sem consolidação.
- C) Necessidade de inclusão de parágrafos sobre outros assuntos.
- D) Modificações de opinião como resultado dos trabalhos da administração.
- E) Não incluir principais assuntos de auditoria, sendo a instituição obrigada a divulgá-los.

Questão 17

De acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: “20. Auditoria Independente. 20.3 Procedimentos Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil. 1. Do Objeto e do Âmbito de Aplicação – 1 – Esta subseção dispõe sobre os procedimentos específicos para elaboração dos relatórios resultantes do trabalho de auditoria independente realizado nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”.

(BCB, 2021.)

Considerando o disposto nas Normas Básicas, item 20 – Auditoria Independente do COSIF, diante de fatos constatados em instituições financeiras e outras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), esse órgão pode solicitar

- A) esclarecimentos adicionais e prestação de informações.
- B) registro no UNICAD da contratação do auditor interno somente.
- C) realização de novos exames e descarte do primeiro relatório de auditoria.
- D) registro dos motivos que determinaram a decisão de contratação do auditor.
- E) revisão do trabalho de auditoria somente por um contador, que não seja auditor.

Questão 18

Conforme elenco e função das contas dispostas no COSIF, o Ativo – Ativo Realizável – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, são apresentadas as seguintes contas às funções; relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. 1.2.1.10.00-5 Revendas a liquidar – Posição bancada.
2. 1.2.1.20.00-2 Revendas a liquidar – Posição financiada.
3. 1.2.1.30.00-9 Revendas a liquidar – Posição vendida.

- () Registrar as operações de compra de títulos com compromisso de revenda, lastreadas com papéis de terceiros.
 () Registrar as operações de compra de títulos com compromisso de revenda, lastreadas com títulos próprios do vendedor.
 () Registrar os compromissos de revenda de títulos negociados em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, cujos títulos recebidos como lastro tenham sido vendidos em definitivo.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 3.
- B) 1, 2, 3.
- C) 3, 2, 1.
- D) 1, 3, 2.
- E) 3, 1, 2.

Questão 19

O Capítulo 3 – Documentos, do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, evidencia o modelo de documentos de natureza contábil que devem ser elaborados pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Constitui-se em um desses documentos:

- A) Demonstração bancária global.
- B) Variações nos recursos globais.
- C) Demonstração dos recursos mensais.
- D) Variação nas disponibilidades mensais.
- E) Demonstração das variações nas disponibilidades dos grupos.

Questão 20

A Resolução CMN nº 4.924/2021 trata dos princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida resolução dispõe em seu artigo 17 que a instituição que centralizar a contabilidade deverá manter nas agências cópias da contabilização dos respectivos movimentos, dos Balancetes Diários e Balanços, sob a forma física ou eletrônica além de inscrever nos livros da dependência centralizadora, em 30 de junho e em 31 de dezembro de cada ano alguns documentos, dentre eles as demonstrações financeiras obrigatórias acompanhadas do

- A) fluxo de caixa somente da sede.
- B) balancete diário e do balancete mensal.
- C) livro diário e do livro razão somente da sede.
- D) relatório da auditoria independente e das notas explicativas.
- E) balanço patrimonial e da demonstração do resultado somente da agência.

Questão 21

Analise as afirmativas a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. “As instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil não podem contratar e manter auditor independente, cujo pagamento de honorários e reembolso de despesas referentes ao ano no qual as demonstrações financeiras estão sendo auditadas, represente percentual igual ou superior a 25% do faturamento total do auditor independente naquele ano.”

PORQUE

- II. “O total de honorários gerados por um cliente do escritório ou do auditor independente, que emite opinião de auditoria ao representarem uma grande proporção do total de honorários, não faz desse cliente importante e mesmo que o nível da importância dessa remuneração para os sócios seja de dependência, a preocupação em perdê-lo não representa uma ameaça à independência do auditor.”

Assinale a alternativa correta com base no regramento vigente acerca do tema.

- A) Ambas as afirmativas estão incorretas.
- B) A primeira afirmativa está incorreta; a segunda está correta.
- C) A primeira afirmativa está correta; a segunda está incorreta.
- D) Ambas as afirmativas estão corretas; a segunda explica a primeira.
- E) Ambas as afirmativas estão corretas, mas a segunda não explica a primeira.

Questão 22

De acordo com a Resolução CMN nº 4.910/2021, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem substituir o auditor ou a equipe de auditoria independente periodicamente, podendo observar o intervalo mínimo de três exercícios sociais completos para retorno contados a partir da data de substituição. Considerando o disposto na referida resolução a substituição deverá ocorrer

- A) após emitidos relatórios relativos a cinco exercícios sociais completos e consecutivos.
- B) após emitidos relatórios relativos a três exercícios sociais completos e não consecutivos.
- C) antes da emissão de relatórios relativos a três exercícios sociais completos e consecutivos.
- D) após emitidos relatórios relativos a cinco exercícios sociais incompletos e não consecutivos.
- E) antes da emissão de relatórios relativos a cinco exercícios sociais incompletos e consecutivos.

Questão 23

Uma instituição financeira de médio porte, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atua há várias décadas. Ela constituiu um comitê de auditoria em conformidade com a Resolução CMN nº 4.910/2021, que tem desempenhado um papel fundamental na supervisão das práticas de auditoria interna e externa da instituição, garantindo a conformidade com os requisitos regulatórios. No entanto, após um período de funcionamento bem-sucedido, a alta administração da instituição financeira começou a considerar a possibilidade de extinguir o comitê de auditoria, considerando que ele não seria mais necessário devido à maturidade das práticas de auditoria da instituição. De acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.9140/2021, a extinção do comitê de auditoria poderá ocorrer

- A) por decisão da alta administração, sem ser necessário autorização do Banco Central do Brasil e continue sendo companhias abertas.
- B) a qualquer momento, desde que a alta administração aprove a decisão por unanimidade, ainda que a instituição seja uma companhia aberta.
- C) automaticamente, após cinco anos de funcionamento, sem a necessidade de autorização de órgão regulatório, ou seja, líder de conglomerado prudencial.
- D) se houver consenso entre seus membros, independentemente de outros critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional ou Banco Central do Brasil.
- E) somente se a instituição não mais atender aos critérios definidos na Resolução; tiver autorização do Banco Central do Brasil; e, cumprir as atribuições dos exercícios em que for exigido seu funcionamento.

Questão 24

O objetivo do auditor independente é formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões atingidas pelas evidências de auditoria e, conseqüentemente, expressar sua opinião por meio de relatório de auditoria descrevendo a base para referida opinião.

(SANTOS, 2012.)

Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.910/2021, como resultado de seu trabalho, o auditor independente deverá elaborar os relatórios de atividades realizadas; recomendações feitas à diretoria; efetividade dos controles internos; bem como

- A) regras governamentais; processamento de informações; e, operações da empresa.
- B) atividades realizadas; recomendações feitas à diretoria; efetividade dos controles internos.
- C) serviços prestados pelo auditor; avaliação da efetividade da auditoria; e, objetivo da auditoria.
- D) auditoria; sistemas de controle internos; descumprimento de dispositivos legais; e, regulamentos.
- E) divergências envolvendo os auditores; qualidade das demonstrações contábeis; e, auditoria interna.

Questão 25

O conselho de administração de uma instituição financeira está em processo de contratação de um auditor independente. No entanto, o profissional em potencial para assumir a função, por possuir alto desempenho, excelente qualidade dos serviços prestados e ser confiável, está sob a pena de proibição do exercício da auditoria independente por suspensão do exercício profissional, estando a administração ciente do fato. Tendo em vista o disposto na Resolução CMN nº 4.910/2021, o conselho de administração deverá

- A) ignorar a situação do auditor independente e prosseguir com a contratação, já que isso não afetará as operações da empresa.
- B) contratar o auditor independente e, em seguida, buscar uma renúncia da pena de proibição por parte do órgão regulador, se possível.
- C) contratar o auditor independente e divulgar abertamente a situação aos acionistas e ao público, permitindo que eles decidam se a auditoria é aceitável.
- D) contratar o auditor independente, mas manter uma supervisão rigorosa para garantir que todas as ações do auditor estejam em conformidade com as normas éticas e regulatórias.
- E) desconsiderar a contratação do auditor, evitando que os membros do conselho de administração sejam responsabilizados, pois o profissional está proibido de prestar serviços de auditoria.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação, serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01**O caso da suspeita de fraude em instituição financeira**

Um auditor independente assumiu a condução da auditoria independente em uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e, ao analisar as transações e os registros financeiros, se deparou com uma situação complexa: detectou transações suspeitas e irregularidades com evidências significativas que indicam uma possível fraude financeira. O fato constitui-se em uma situação grave e, preocupante, podendo causar sérias implicações legais e financeiras. Entretanto, para apuração e investigação adequadas torna-se necessária a quebra do sigilo bancário.

Considerando o contexto apresentado, disserte sobre os seguintes questionamentos:

- a) Identificar qual a responsabilidade do auditor externo, inclusive na prevenção e detecção de fraudes.
- b) Explique o item 6 da NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria das demonstrações contábeis: “Como descrito na NBC TA 200, item 51, os efeitos potenciais das limitações inerentes são particularmente significativos no caso da distorção resultar de fraude. O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais alto do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de erro”.
- c) Apontar quais práticas e comportamento o auditor externo precisa adotar nas situações de fraudes e erros contábeis para minimizar o risco de que os mesmos não sejam detectados.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Questão 02

Conforme Assaf Neto (2015), os bancos comerciais têm como serviços a realização de pagamentos de cheques, transferências de fundos e ordem de pagamentos, cobranças diversas, recebimento de impostos e tarifas públicas, aluguel de cofre e custódia de valores, serviços de câmbio etc. As principais operações ativas desenvolvidas pelos bancos comerciais se concentram na concessão de créditos por meio de descontos de títulos, crédito pessoal, crédito rural, adiantamentos sob caução de títulos comerciais, cheques especiais etc. Suas principais fontes de recursos são provenientes de depósitos à vista e a prazo, operações de redesconto bancário, assistência financeira e operações de câmbio.

(ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.)

O excerto discorre sobre como uma instituição bancária comercial deve atuar com relação aos serviços de crédito. Considerando as informações disponibilizadas sobre autonomia concedida às instituições bancárias autorizadas pelo Banco Central, disserte sobre como atua os bancos de investimentos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



CFC



CFC



CFC

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde a sua área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas, que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 13 de novembro de 2023.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 14 de novembro de 2023 às 23h59min do dia 16 de novembro de 2023. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente a este Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 20/12/2023, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 21/12/2023 até às 23h59min do dia 22/12/2023, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.